



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE LETRAS

**A INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO:
COMPARANDO PERSPECTIVAS**

Gessica Aparecida Botelho dos Santos

Rio de Janeiro

2021

GESSICA APARECIDA BOTELHO DOS SANTOS

A INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO:
COMPARANDO PERSPECTIVAS

Monografia submetida à Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Letras: Português-Literaturas.

Orientador: Prof. Dr. Humberto Soares da Silva

RIO DE JANEIRO

2021

Santos, Gessica Aparecida Botelho dos

A indeterminação do sujeito no português brasileiro: comparando perspectivas/Gessica Aparecida Botelho dos Santos. – 2021

32 f.

Orientador: Humberto Soares da Silva

Monografia (graduação em Letras: Português-Literaturas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Letras e Artes, Faculdade de Letras.

Bibliografia: f. 30-31.

1. Indeterminação; sujeito; ensino. 2. Indeterminação do sujeito. I. Santos/Gessica Aparecida Botelho dos. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, 2020. III. A indeterminação do sujeito no português brasileiro: comparando perspectivas.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, nesta página, a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho. Àqueles que, dentro desses dez anos de caminhada, entre idas e vindas, foram capazes de oferecer uma palavra de conforto ou incentivo, meu honesto muito obrigada.

Os que me acompanharam nesta jornada acadêmica e a quem devo mais que um agradecimento, um abraço:

Meu orientador Humberto Soares da Silva, pela condução competente e atenciosa, pela disponibilidade e incentivo, pelas imensas compreensão e paciência de amigo.

Professora Maria Eugênia Lammoglia Duarte, pela atenção dispensada, pelas palavras e olhares carinhosos durante meu período como monitora de Sintaxe, por ser um grande exemplo para todos que se lançam nessa empreitada que são os estudos linguísticos.

As minhas fontes de carinho, conforto, amor e que, sem sombra de dúvida, são os maiores motivos para a retomada deste trabalho mesmo após os inúmeros percalços vividos:

Meu sempre presente pai, Antônio Geraldo dos Santos, por ser meu grande e maior incentivador. O homem que me achava capaz de realizar todos os meus sonhos, que, com o seu entusiasmo, alimentou a minha confiança de que era, é e será possível.

Meu filho, Vicente, por preencher os meus dias com um amor imensurável. Por, mesmo no tempo ocupado, tomado pelas suas demandas de uma vida ainda tão dependente da minha, me fazer desejar mais, me devolver alguns velhos e bons sonhos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	7
1.1. O gerativismo	7
1.2. O variacionismo	8
1.3. Por que unir duas correntes distintas? A Variação Paramétrica	10
2. UM BREVE PANORAMA DA MUDANÇA NO PREENCHIMENTO DO SUJEITO DE REFERÊNCIA DEFINIDA NO PB	12
3. OS SUJEITOS DE REFERÊNCIA INDEFINIDA: PERSPECTIVAS	16
3.1. A tradição gramatical e os sujeitos indeterminados	16
3.1.2. Algumas definições e as estratégias de indeterminação do sujeito	17
3.2. As estratégias de indeterminação do sujeito em estudos recente	20
3.2.1. <i>Gramática do Português Culto Falado: a construção da sentença</i>	20
3.2.2. Marins, Soares da Silva e Duarte (2017)	22
CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS	30

São diversos os estudos que apontam a crescente preferência, no Português Brasileiro (PB), pelo sujeito referencial expresso, como os de Duarte (1993) e Barbosa, Kato e Duarte (2000). Trata-se de uma evidência (mas não a única) de que o PB estaria em processo de mudança quanto ao Parâmetro do Sujeito Nulo (PSN), abandonando a configuração de língua [+ *pro-drop*], ou seja, que exhibe uma preferência por sujeitos nulos, em direção ao preenchimento da posição de sujeito ([– *pro-drop*]) em contextos cada vez mais amplos.

O objetivo deste trabalho, entretanto, é observar o comportamento do PB no que se refere aos sujeitos de referência indefinida, mais conhecidos nos estudos gramaticais como sujeitos indeterminados. Esperamos investigar se, tendo em vista o encaixamento da mudança paramétrica em curso, a opção pelo preenchimento, já comprovada diante de sujeitos de referência definida, passa a atingir os sujeitos de referência indefinida. Pretende-se, simultaneamente, inventariar quais são os expedientes mais comuns (as estratégias) de indeterminação do sujeito no PB.

Tal observação parte de trabalhos anteriores sobre a investigação do fenômeno, de modo que podemos tratá-la como exigindo uma revisão bibliográfica interpretada segundo as correntes teóricas que nos guiam. É assim que a leitura dos estudos linguísticos selecionados e a interpretação de seus resultados se deram à luz da associação entre a Teoria da Variação e Mudança (WEINREICH, LABOV e HERZOG, 2006 [1968]) e, como teoria da linguagem, os pressupostos gerativistas, em especial o quadro de Princípios e Parâmetros (CHOMSKY, 1981).

No primeiro capítulo, apresento os pressupostos teóricos que serviram de base para este estudo. No segundo capítulo, traço um breve panorama da mudança que vem ocorrendo quanto ao preenchimento dos sujeitos de referência definida no PB, abordando algumas informações de trabalhos relevantes sobre o tema. No terceiro capítulo, discuto o tratamento dado ao fenômeno da indeterminação do sujeito pela tradição gramatical, levantando seus principais problemas, e trago as contribuições de estudos recentes acerca do assunto. Por fim, apresento minhas principais conclusões sobre os trabalhos analisados, tendo em mente o encaixamento da mudança em curso no PB, nos moldes da Variação Paramétrica, termo cunhado por Ramos (1999), como contraposição ao rótulo “Sociolinguística Paramétrica” (TARALLO, 1987; TARALLO & KATO, 1989).

1. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

A utilização da Variação Paramétrica para a interpretação de dados e consequente formulação de explicações para fenômenos linguísticos tem se mostrado bastante produtiva, funcionando como base para trabalhos que exploraram o preenchimento de sujeitos de referência definida (DUARTE, 1993; 1995) e indefinida (MARINS, SOARES DA SILVA e DUARTE, 2017). Para entendê-la, e assim compreender o porquê de sua ampla e exitosa aplicação nos últimos anos, é necessário caracterizar cada uma das correntes que a formam. Começo dizendo que gerativismo e variacionismo diferem primordialmente em dois pontos: o objeto de estudo e a metodologia aplicada.

1.1. O gerativismo

Para o gerativismo, interessa estudar a linguagem como uma das faculdades humanas inatas, buscando as semelhanças entre as línguas em geral, os chamados “princípios”. Dessa forma, os estudos linguísticos da teoria gerativa acreditam que a capacidade de adquirir uma língua e produzir sentenças na língua adquirida seja exclusivamente humana – totalmente diferente da comunicação animal, portanto – e propiciada pela modularidade da mente. Haveria, assim, um módulo mental específico para a linguagem e uma língua seria, por conseguinte, um sistema desenvolvido a partir de bases mentais inatas, uma capacidade cognitiva que se desenvolve sobre um arcabouço mental preparado para tanto, ele mesmo anterior a qualquer exposição linguística e/ou comunicação humana. Pode-se dizer, portanto, que o interesse gerativista está voltado para a competência linguística (língua-I), de forma que os seus estudiosos vêm se desdobrando na criação de modelos que expliquem a estrutura mental anterior à produção efetiva (língua-E) de sentenças.

O gerativismo, então, se firma como uma teoria da linguagem. Sobre a noção de aquisição, foi de suma importância a concepção, por Chomsky (1981), do quadro de Princípios e Parâmetros, que justamente concebe a universalidade da linguagem (Gramática Universal) face à heterogeneidade das línguas. Resumidamente, Princípios são os padrões universais a todas as línguas, enquanto Parâmetros constituem as possibilidades de marcação de determinadas propriedades (positiva ou negativamente). Em outras palavras, os Princípios são comuns a todas as línguas/falantes, ao passo que a marcação dos Parâmetros está sujeita à exposição social da criança, ainda em período crítico, a determinada(s) língua(s) — são as marcações paramétricas que distinguem *sintaticamente* as línguas naturais umas das outras.

Na procura pelos Princípios que regem a Gramática Universal, os gerativistas debruçam-se sobre a forma como os seres humanos produzem sentenças. Interessa-lhes, antes de tudo, as semelhanças entre as estruturas possíveis nas línguas em geral. Por isso sua metodologia está baseada, sobretudo, “em comparações de sentenças segundo sua gramaticalidade e em testes de produção e percepção” (SOARES DA SILVA, 2011, p. 7).

Sobre gramaticalidade, é importante dizer que, se uma sentença é considerada gramatical, assume-se que ela é possível em uma língua; se, por outro lado, é julgada como agramatical, sua produção natural por um falante dessa mesma língua é dada como impossível. Os estudiosos do gerativismo, investigando a gramaticalidade das sentenças nas línguas naturais, pretendem chegar à gramaticalidade da linguagem e à compreensão dos Princípios que regem a formação de sentenças em todas as línguas humanas. Para tanto, não poderiam excluir dessa avaliação o falante, em sua produção e percepção daquilo que lhe soa “natural”, “estranho” ou mesmo “impossível”.

1.2. O variacionismo

O variacionismo, por seu turno, enxerga as línguas naturais como fatos sociais, produtos da interação humana em sociedade. Assim, não podemos afirmar que forneça uma explicação para a faculdade da linguagem: não se preocupa em estabelecer, como o gerativismo, a origem dessa capacidade inata e os processos mentais envolvidos na sua produção, mesmo porque entende a capacidade de comunicação linguística como resultado da interação social entre pessoas.

O objeto de estudo dessa corrente é outro: a mudança linguística que pode emergir da variação que atinge fenômenos linguísticos dentro de uma mesma língua ou comunidade de fala. A variação é vista como natural e não aleatória, condicionada por fatores de natureza linguística e/ou social, e caberia ao linguista, então, estudar quais são os condicionamentos atuantes sobre dado fenômeno linguístico e em que estágio se encontra a mudança linguística por ela provocada.

Para atingir seus objetivos, o variacionismo investiga o desempenho (língua-E) do indivíduo a partir de dados reais de fala e/ou escrita. Observada a variação que atinge um determinado fenômeno linguístico, a quantificação de casos e o cálculo de probabilidades permitem saber quais são os fatores linguísticos (estruturais) ou extralinguísticos (sociais) relacionados a uma ou outra variante, bem como levantar hipóteses sobre os rumos da variação e/ou do processo de mudança. Dentro da perspectiva variacionista, entende-se o

sujeito cuja produção linguística é estudada como representante de uma comunidade de fala, já que, diferentemente do gerativismo, em que a gramática individual funciona como ponto de partida, o variacionismo volta-se para uma gramática coletiva, delimitada pelo que se convencionou chamar “comunidade de fala” ou “comunidade linguística” (SOARES DA SILVA, 2011, p. 8).

A Teoria da Variação e Mudança (WEINREICH, LABOV e HERZOG, 2006 [1968]), uma das vertentes do variacionismo, colabora imensamente para a compreensão de como as mudanças ocorrem em uma língua natural. Segundo ela, para entender como a variação dá origem a mudanças (lembrando que a variação em um fenômeno linguístico não necessariamente resulta em mudança linguística), é necessário analisar os problemas de condicionamento, transição, encaixamento, avaliação e implementação, que comentaremos brevemente a seguir.

A primeira pergunta a ser enfrentada quanto à variação e mudança diz respeito ao condicionamento, ou seja, aos fatores que condicionam a maior ou menor frequência de cada variante, sejam eles de origem interna ou externa ao sistema da língua. O problema do condicionamento decorre da ideia de que a variação é sempre natural e motivada; logo, é necessário que existam fatores que expliquem o surgimento de uma ou mais variantes para um fenômeno linguístico. Uma outra face do condicionamento está ligada à restrição: há contextos em que certas variantes e mudanças, dados os fatores condicionantes de ordem linguística, não podem ocorrer.

O período de transição compreende as fases intermediárias pelas quais passa o fenômeno em variação até que a mudança se conclua. Durante esse intervalo, a variante ou forma “nova” convive e concorre com as tradicionais, as “antigas”. Diz-se que há “mudança em curso” ou “mudança em progresso” quando os estudos constatarem que, ao longo do tempo, apesar da coexistência de formas, a variante “nova” aumentou significativamente em produtividade, suplantando a variante “antiga”. A transição pode ser observada através do tempo real ou do tempo aparente, isto é, observando-se o comportamento de diferentes faixas etárias.

O encaixamento, problema frequentemente relacionado à crescente preferência pelo preenchimento dos sujeitos de referência indefinida, como veremos em diversos trabalhos, também é derivado da não aleatoriedade da variação e da mudança. Qualquer e toda mudança linguística está “encaixada” no sistema da língua, tendo sido causada, influenciada ou, em parte, regida por características linguísticas e sociais (fatores condicionantes) ou por mudanças anteriores. Assim como sofre a pressão do sistema, toda mudança age sobre o

sistema da língua, acarretando outra mudança, e assim por diante. Este é um dos problemas mais difíceis de identificar quando não se tem uma teoria gramatical que nos permita associar o surgimento de uma nova forma (sujeitos indeterminados expressos, por exemplo) a outra (sujeitos referenciais definidos expressos.)

A questão da avaliação pode ser resumida como o valor social que um indivíduo ou uma comunidade de fala atribui a uma ou mais variantes, durante o processo de mudança. Esse valor social, que pode ser positivo ou negativo, tem grande impacto nos rumos do fenômeno linguístico em mudança: são mais suscetíveis a êxito as variantes avaliadas como “formas de prestígio” do que aquelas sobre as quais a valoração social é desfavorável ou que representam segmentos sociais estigmatizados. Segundo Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968] *apud* SOARES DA SILVA, 2011, p. 18), a consciência social em relação à avaliação é maior nos casos em que a frequência das variantes difere entre as classes sociais, favorecendo a avaliação pelo falante.

Um outro lado do problema da avaliação diz respeito à esfera individual e inconsciente. Sem perceber, os falantes tendem a “estranhar” variantes em competição, por não aceitarem facilmente que duas ou mais formas possam representar a mesma ideia. Como consequência, acabam atribuindo significados diferentes a cada uma delas. Entretanto, com o passar do tempo, uma variante inovadora, como, por exemplo “a gente” versus “nós”, pode perder uma avaliação negativa e passar a ser implementada em todas as camadas sociais.

Por fim, a implementação da mudança se relaciona a todos os problemas anteriores, em especial ao condicionamento, na medida em que podemos compreendê-la como a razão pela qual uma mudança aconteça em determinada língua (e não em outra) e em certa época (e não antes ou depois). É necessário considerar, para se chegar a essa resposta, os fatores linguísticos e sociais que permitiram a sua implementação no sistema da língua.

E é neste ponto, a teoria da mudança, que o variacionismo vem sendo associado ao gerativismo, que oferece uma descrição da gramática das línguas humanas, para explicar variados fenômenos linguísticos em mudança nas últimas décadas. Vejamos como.

1.3. Por que unir duas correntes distintas? A Variação Paramétrica

Em 1987, o professor Fernando Tarallo, no ensaio *Por uma Sociolinguística românica ‘paramétrica’: fonologia e sintaxe*, lança as bases do que viria a ser a Variação Paramétrica (denominação que devemos a Ramos (1999), que retira o fator social como relevante no caso), ao procurar “demonstrar a compatibilidade entre as análises propostas pelo paradigma

laboviano e pelo quadro teórico chomskiano” (TARALLO, 1987, p. 51). Desde então, esse casamento tem fundamentado inúmeras análises linguísticas, nas quais o gerativismo é tomado como teoria da linguagem, especialmente quanto ao quadro de Princípios e Parâmetros, e o variacionismo, como fonte da teoria da mudança linguística e da metodologia de investigação dos fenômenos linguísticos em variação. Da teoria gerativa, projeta-se, principalmente, a noção de Princípios, invariáveis e presentes em todas as línguas, e de Parâmetros, marcados positiva ou negativamente e responsáveis pela variabilidade entre as línguas. Assim, considerando que as línguas mudam ao longo do tempo, podemos dizer que existem “variações paramétricas”, isto é, variações que indicam uma mudança em curso na marcação de determinado Parâmetro (em oposição às consideradas variações superficiais).

Para a análise do objeto deste trabalho – as estratégias de indeterminação do sujeito no PB –, a utilização da Variação Paramétrica parece proveitosa. Acreditamos que os trabalhos selecionados demonstrem um crescimento das estratégias de indeterminação do sujeito expressas, o que fortaleceria a tese de que a já observada preferência pelo preenchimento de sujeitos de referência definida (DUARTE, 1993; 1995) esteja afetando os sujeitos de referência indefinida. Ambas as tendências pelo preenchimento do sujeito seriam, por sua vez, sinais de uma mudança paramétrica em curso: o PB estaria caminhando de língua [+ sujeito nulo] para [- sujeito nulo].

Acreditando que uma língua é um sistema inato formado a partir de Princípios (universais a todas as línguas) e Parâmetros (propriedades cuja marcação positiva ou negativa diferencia as línguas sintaticamente) mentais, observamos que determinadas variações percebidas no desempenho dos falantes (Língua-E) podem ser mais do que variações superficiais, apontando para uma possível mudança na marcação de um Parâmetro. Essa variável, por seu turno, não é a única evidência de uma mudança paramétrica, já que ela mesma pode, por encaixamento, provocar um tipo de reação em cadeia: a preferência pela realização de sujeitos plenos de referência definida vai progressivamente atingindo os sujeitos de referência indefinida. É assim que a associação das correntes gerativista e variacionista funciona como fonte dos conceitos teóricos que explicam as hipóteses e norteiam as expectativas assumidas neste trabalho.

2. UM BREVE PANORAMA DA MUDANÇA NO PREENCHIMENTO DOS SUJEITOS DE REFERÊNCIA DEFINIDA NO PB

No intuito de investigar se as mudanças no preenchimento de sujeitos de referência definida afetam os sujeitos de referência indefinida, antes de iniciarmos propriamente as discussões sobre o objeto deste trabalho, serão tratados, nesta seção, resultados e hipóteses de estudos sobre os sujeitos de referência definida do PB.

Duarte (1993), em estudo diacrônico que analisou o preenchimento dos sujeitos de referência definida em peças teatrais populares, atesta o progressivo declínio de sujeitos nulos no PB, no decorrer dos séculos XIX e XX. A autora associa a implementação crescente de sujeitos não nulos ao processo de simplificação do paradigma flexional verbal, que, durante os séculos estudados, passou por uma importante redução no número de oposições, chegando mesmo à possibilidade de apresentar apenas três ou duas distinções (Quadro 1). Essa redução de marcas morfológicas verbais seria consequência da “queda” no uso de alguns pronomes, como o *tu* e o *vós* (2ª pessoa do singular e plural, respectivamente) e o *nós* (1ª pessoa do plural), os quais estariam progressivamente saindo do sistema pronominal para dar lugar aos pronomes gramaticalizados *ocê* e *ocês* (2ª pessoa do singular e plural, respectivamente) e *a gente* (1ª pessoa do plural). Gramaticalmente, *ocê* e *a gente* se combinam à forma não marcada de 3ª pessoa do singular (zero), e é esperado que o *ocês* concorde com a 3ª pessoa do plural, muito embora seja perfeitamente possível que se combine com a 3ª pessoa do singular, nos casos de concordância não expressa. Dessa forma, chegamos ao quadro reduzido de distinções morfológicas representado a seguir.

	PRONOMES	PARADIGMA
1PS	Eu	Espero
2PS	Tu Você	- / Espera Espera
3PS	Ele/ Ela	Espera
1PP	Nós A gente	- Espera
2PP	Vós Vocês	- Espera(m)
3PP	Eles/ Elas	Espera(m)

Quadro 1. Exemplo de paradigma flexional do PB, considerando a queda do emprego dos pronomes pessoais *tu* (2ª pessoa do singular), *vós* (2ª pessoa do plural) e *nós* (1ª pessoa do plural), que cedem lugar aos pronomes gramaticalizados *ocê*, *ocês* e *a gente*, respectivamente.

A redução das distinções morfológicas no paradigma flexional do PB, causada pela alteração do quadro pronominal, certamente contribuiu para a dificuldade na identificação de sujeitos nulos. A “compensação” dessas perdas, dentro do sistema linguístico do PB, foi a expressão do sujeito em um número cada vez mais amplo de contextos. Iniciado o processo de mudança, porém, o fato de haver ou não desinências específicas que permitam o reconhecimento da pessoa gramatical não tem se revelado um fator linguístico diferencial entre o preenchimento ou não dos sujeitos (DUARTE, 1995).

O trabalho de Duarte (1993) constatou, ainda, que as 1ª e 2ª pessoas foram primeiramente afetadas pela tendência ao preenchimento. Trabalhos posteriores (CYRINO, DUARTE e KATO, 2000; DUARTE; REIS, 2018) confirmam essa observação, sugerindo a existência de uma hierarquia referencial relacionada ao traço semântico [+ humano]. Por apresentarem, inerentemente, o traço [+ humano], os sujeitos de 1ª e 2ª pessoas seriam os mais afetados pela mudança, enquanto os de 3ª pessoa podem ou não conter esse traço. A implementação de sujeitos de 3ª pessoa preenchidos foi amplamente detectada sempre que o traço [+ humano] estava presente, como observado, também, em Duarte, Mourão e Santos (2012).

Após análise de dados da fala culta espontânea carioca, provenientes de gravações feitas em 1992, os resultados da pesquisa sincrônica feita por Duarte (1995) apontaram a perda do princípio “evite pronome”, característico de línguas de sujeito nulo. Em línguas [+ pro-drop], ou seja, desfavoráveis ao preenchimento dos sujeitos pronominais, sujeitos nulos e plenos estão dispostos em distribuição complementar, com ocorrência de sujeitos plenos restrita a contextos bastante específicos, como a focalização e o contraste, situação bem distinta da que Duarte (1995) encontrou. Dos 1.424 dados de sujeitos de referência definida (a autora incluiu, também, os sujeitos de referência indefinida na amostra total), 415 (29%) eram nulos e 1.009 (71%), pronominais plenos. A ampla preferência pelo preenchimento do sujeito pronominal de referência definida, bem como a constatação de que sujeitos nulos e plenos se apresentavam como intercambiáveis, levou a autora a postular que o PB estava perdendo o princípio “evite pronome”, típico de línguas [+ pro-drop], como o Português Europeu e o italiano, e se aproximando de uma configuração [- pro-drop].

Em Duarte (1995), outros dois aspectos se mostraram interessantes (Gráfico 1). O primeiros deles, a divisão dos informantes em três faixas etárias, indica que a idade é um fator extralinguístico importante para a produção de sujeitos nulos. O segundo diz respeito à distribuição de sujeitos nulos por pessoa gramatical, pela qual se nota que a 3ª pessoa, dentre as três faixas etárias, é a mais produtiva, seguida da 1ª e da 2ª pessoa.

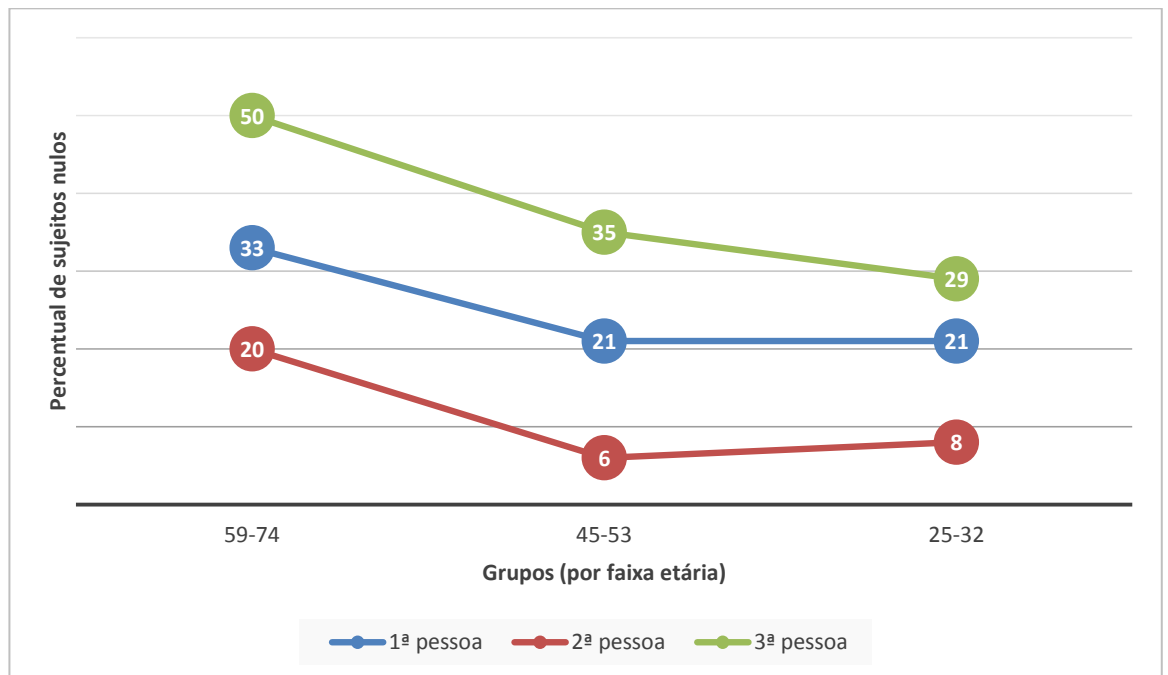


Gráfico 1. Produção de sujeitos pronominais nulos de referência definida (%) na fala espontânea culta carioca, por faixa etária (DUARTE, 1995)

Como ilustrado no Gráfico 1, Duarte (1995) detecta uma sensível queda na produção de sujeitos nulos, da faixa etária mais velha para a mais jovem, em todas as pessoas gramaticais, ratificando a preferência crescente pelo preenchimento dos sujeitos já observada em Duarte (1993). Por outro lado, a hierarquia referencial pode ser inferida da comparação entre os percentuais de sujeitos nulos quanto às pessoas: a 3ª pessoa, cujo traço [+ humano] é ocasional, é a mais resistente ao preenchimento em todas as faixas etárias, contrastando com a 2ª, que inerentemente carrega esse traço. Observando isoladamente o grupo mais jovem, percebemos a aproximação entre os percentuais da 3ª pessoa e da 1ª pessoa (29% e 21%, respectivamente), talvez reflexo do espraiamento do preenchimento pelo sistema do PB.

Em relação à fala popular, Duarte (2003) investigou o preenchimento do sujeito pronominal em tempo real de curta duração, por meio de entrevistas com falantes cariocas de escolaridade média. A primeira amostra data dos anos 1980, e a segunda (recontato), dos anos 2000. O fenômeno foi investigado por estudo de painel e tendência, e ambos revelaram, já nos 1980, clara preferência pelo preenchimento do sujeito, cenário que foi preservado, sem alterações significativas, nos anos 2000 (Quadro 2). A semelhança entre os percentuais é explicada pela autora como evidência da estabilidade do fenômeno no intervalo de tempo estudado, o que pode sugerir que esse intervalo, de cerca de dezenove anos, não tenha sido

ainda suficiente para o progresso da mudança.

	Painel		Tendência	
	Amostra 1980	Amostra 2000	Amostra 1980	Amostra 2000
Números absolutos	1696/2168	1646/2056	3640/4540	3421/4264
Percentual de sujeitos expressos	78%	80%	80%	80%

Quadro 2. Distribuição, em números absolutos e percentuais, dos sujeitos pronominais preenchidos na fala popular carioca (DUARTE, 2003)

Os trabalhos de Duarte (1993, 1995, 2003) chegam, portanto, à mesma conclusão quanto ao preenchimento dos sujeitos pronominais: o PB está passando por um processo de mudança caracterizado pela crescente preferência por sujeitos pronominais preenchidos, distanciando-se de línguas que evitam pronomes e são classificadas como línguas de sujeito nulo, como é o caso do português europeu, do italiano e do espanhol. O sujeito preenchido estaria se tornando, então, a opção “não marcada” dentro do sistema linguístico do PB, o que provavelmente afeta os sujeitos de referência indefinida, tendo em vista o encaixamento da mudança. É o que veremos no próximo capítulo deste trabalho, começando pelo entendimento tradicional que se dá ao assunto.

3. OS SUJEITOS DE REFERÊNCIA INDEFINIDA: PERSPECTIVAS

3.1. A tradição gramatical e os sujeitos indeterminados

Nesta seção, será examinado o tratamento dado pelo saber dito “tradicional” aos sujeitos de referência indefinida, conhecidos como “sujeitos indeterminados”. Para tanto, recorri a três gramáticos: Cunha & Cintra (2010), Rocha Lima (2011) e Terra (2017); este último, autor, também, de obras para os ensinos fundamental e médio.

Na obra dos três gramáticos, as definições recolhidas foram praticamente as mesmas: em linhas gerais, o sujeito é classificado como indeterminado quando não se pôde ou não se quis identificá-lo em uma sentença. Veremos, quando tratarmos dos mecanismos linguísticos que permitem que um sujeito tenha referência indeterminada, por que esse conceito não é tão eficaz quanto pode, à primeira vista, parecer.

Nos estudos linguísticos, diferentemente do que se observa na tradição gramatical, a indeterminação não é atribuída ao sujeito (função estrutural/sintática), e sim ao *referente* do elemento (expresso ou nulo) na posição de sujeito, que, segundo Dubois *et al.* (2006, p. 512), é “aquilo a que remete o signo linguístico na realidade extralinguística”. É com base nessa distinção que inúmeros artigos e gramáticas de molde descritivo, como a *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*, usam nomenclaturas do tipo “sujeito de **referência** definida/determinada” e “sujeito de **referência** indeterminada/indefinida”. Por fim, na tentativa de depreender sujeitos indeterminados a partir dos estudos linguísticos face à tradição gramatical, não vejo outro caminho que não seja pela via da oposição entre sujeitos de referentes definidos (ou determinados) e sujeitos de referentes indefinidos (ou indeterminados).

Sendo assim, se for possível definir o referente do sujeito de uma dada sentença, trata-se de um sujeito de referência determinada. Se essa definição não for possível, independentemente da vontade ou da impossibilidade do emissor de informar o referente, já se classifica como sujeito de referência indeterminada. Na forma de conceito: indeterminado é uma classificação que recebem os sujeitos cujos referentes – entidades extralinguísticas a que remetem – não podem ser definidos, seja porque o emissor não quis ou não teve conhecimento suficiente para precisá-los no enunciado.

Veremos, ao longo da análise dos trabalhos sobre indeterminação do sujeito, que o fenômeno da indeterminação é diverso em formas de realização e variável em “intensidade”. Sobre o segundo aspecto, é plenamente possível identificar graus de indeterminação maiores

ou menores em sujeitos de referência indeterminada.

3.1.2. Algumas definições e as estratégias de indeterminação do sujeito

A tradição gramatical chama de “estratégias de indeterminação do sujeito” os expedientes linguísticos por meio dos quais se concretizam os sujeitos de referência indefinida. Consideramos como descritivas as gramáticas que se propõem, a partir de certo conjunto de dados, a descrever os fatos do português (neste caso, o brasileiro). Sendo assim, não é relevante, para os fins deste trabalho, a discussão acerca do grau de normatividade que algumas costumam trazer, mas as possibilidades de indeterminação do sujeito que são apresentadas por elas.

As gramáticas tradicionais, principal ferramenta de apoio para o ensino de gramática nas escolas brasileiras, são pautadas ainda no português europeu do século XIX (PAGOTTO, 1998 *apud* VIEIRA & FREIRE, 2014) e recheadas de exemplos da escrita literária consagrada, o que frequentemente causa ruídos entre as explicações fornecidas por elas e a realidade linguística vivenciada pelos falantes do português brasileiro atual.

Na *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de Cunha & Cintra (2010, p. 142), os autores dizem que o sujeito indeterminado ocorre quando “o verbo não se refere a uma pessoa determinada, ou por se desconhecer quem executa a ação, ou por não haver interesse no seu conhecimento”. Em Rocha Lima (2011, p. 289), encontramos a distinção entre sujeitos determinados e indeterminados: os primeiros são aqueles que se pode identificar na oração, “explícita ou implicitamente”, enquanto os segundos acontecem “se não quisermos ou não pudermos especificá-lo” [neste ponto, é interessante pontuar que Rocha Lima (2011) cria uma oposição necessária entre os sujeitos indeterminados e os determinados]. Nas gramáticas tradicionais, de modo geral, a indeterminação do sujeito, bem como os chamados “sujeitos ocultos”, é tratada como um caso de desconexão, sem o reconhecimento de que, se há sujeitos indeterminados, certamente existem os determinados; se há sujeitos ocultos (elípticos/desinenciais), é porque existem os sujeitos expressos.

Terra (2017, p. 212), de certa forma, ratifica o procedimento de Rocha Lima (2011). Para o autor, também é necessária a distinção entre sujeitos determinados e indeterminados: quando é possível reconhecer o sujeito gramaticalmente, dizemos que ele é determinado, além de ser, ainda, simples ou composto e, em alguns casos, elíptico. Quanto aos indeterminados, diz que “é aquele que ocorre quando a informação contida no predicado se refere a um elemento que não se pode (ou não se quer) identificar”.

As estratégias previstas pelos três autores são as mesmas: (a) verbo flexionado na 3ª pessoa do plural sem que se possa reconhecer seu referente — segundo Rocha Lima (2011), “sem referência anterior ao pronome *eles* ou *elas*, e a substantivo no plural” — e (b) verbo flexionado na 3ª pessoa do singular acompanhado do pronome *se*.

- (a) “Reputavam-no o maior comilão da cidade.” (Cunha & Cintra, 2010)
 “Falam mal daquela moça.” (Rocha Lima, 2011)
 “Anunciaram e garantiram que o mundo ia se acabar.” (Terra, 2017)
- (b) “Ainda se vivia num mundo de certezas” (Cunha e Cintra, 2010)
 “Vive-se bem aqui.” / “Precisa-se de professores.” (Rocha Lima, 2011)
 “Precisa-se de digitadoras.” (Terra, 2017)

É interessante notar que, quando se referem à segunda estratégia, tanto Rocha Lima (2011) quanto Terra (2017) fazem restrições, já adiantando a famigerada (e contestável) distinção entre o *se* que denota indeterminação e o que indica voz passiva. Rocha Lima informa que o sujeito será indeterminado com verbo na 3ª pessoa do singular acompanhado da partícula *se* “desde que seja (o verbo) intransitivo ou traga complemento preposicional” (2011, p. 289). Em outras palavras, ele está dizendo que a indeterminação do sujeito por meio do recurso pronominal envolvendo *se* é limitada aos verbos intransitivos e aos transitivos indiretos. Daí é possível concluir que, na visão do autor, os sujeitos de orações cujos núcleos sejam verbos transitivos diretos acompanhados de *se* (como em “Aqui sempre *se comeu* carne” ou “Aqui sempre *se comeu* mariscos”) merecem tratamento diferente, não sendo passíveis de indeterminação. Terra (2017), por seu turno, quando lista as duas formas de indeterminar o sujeito, menciona o verbo na 3ª pessoa do singular “seguido do índice de indeterminação do sujeito *se*”. Não se trata, portanto, de qualquer pronome *se* acompanhando um verbo na 3ª pessoa do singular, mas de um índice de indeterminação, prevendo a possibilidade de um *se* que, em iguais condições, não possa ser considerado uma estratégia de indeterminação do sujeito.

Da junção dessas duas informações restritivas quanto à natureza do verbo e à classificação do pronome *se*, depreende-se a definição (e, por que não dizer, o macete) que é comumente ensinado na escola para que se reconheça quando um *se* está indeterminando o sujeito da oração: se o pronome acompanha um verbo intransitivo, transitivo indireto ou de ligação flexionado na 3ª pessoa do singular e, não sendo possível reconhecer o referente da

ação ou estado verbal, temos um caso de sujeito indeterminado. Esse modelo se enquadra na segunda estratégia de indeterminação, amplamente reconhecida, que concebe a existência de um **se** índice de indeterminação do sujeito, em oposição ao **se** que acompanha verbos transitivos diretos na 3ª pessoa do singular ou do plural, a chamada “partícula apassivadora”.

É importante ressaltar, a respeito da oposição entre índices de indeterminação e partículas apassivadoras, que, em ambos os casos, o agente da ação verbal sempre estará ausente, independentemente de haver ou não concordância entre o verbo transitivo e seu argumento interno. Em outras palavras, o emprego do pronome **se** indetermina o agente verbal, funcionando como um mecanismo de impessoalização (bastante relevante para diversos gêneros textuais), e não o sujeito sintático da sentença.

Voltando a Terra (2017), ainda sobre indeterminação, ao final da seção que trata dos tipos de sujeito, é relevante frisar um quadro cujo título é “Não classifique pronome indefinido como sujeito indeterminado”. Nele, o autor, com o objetivo de não confundir seus leitores-alunos, pede cuidado com os casos nos quais o sujeito se realiza por meio de um pronome substantivo indefinido. Seu alerta é que não se classifique como indeterminados sujeitos de orações como “Alguém pegou minha mochila” e “Algo mudou desde o ano passado”, porque seriam eles sujeitos determinados simples. Há, nesse quadro, um importante reconhecimento, embora não nesses exatos termos, do que frequentemente acontece nas gramáticas descritivas do tipo: a confusão entre os critérios semântico e gramatical. A esse respeito, Terra (2017, p. 254) justifica seu posicionamento ao dizer que a impossibilidade de identificação do ponto de vista semântico “não significa que estamos diante de um sujeito indeterminado (...), pois, do ponto de vista gramatical, há uma palavra expressa na oração exercendo a função de sujeito”.

A criação desse quadro importa por desvelar um problema que acomete a maioria das gramáticas tradicionais e livros didáticos: a inconsistência do critério e/ou a limitação de análise com base no critério escolhido. No caso da indeterminação do sujeito, se há necessidade de, previamente, desfazer uma possível confusão quanto ao reconhecimento de sujeitos indeterminados pautado na definição apresentada pelas próprias obras, admite-se a ineficácia dessa definição, ou, por outro lado, a limitação de reconhecer como válidas estratégias perfeitamente possíveis de acordo com o conceito de sujeito indeterminado presente nelas mesmas, que consiste na impossibilidade de reconhecer o ser ou entidade (o referente) envolvido na ação verbal. É o caso dos sujeitos realizados por pronomes indefinidos, mencionados por Terra (2017), e por sintagmas genéricos, que, seguindo à risca o conceito de base semântica, deveriam ser classificados como indeterminados. Afinal, é

possível reconhecer o referente do sujeito de “Alguém pegou minha mochila” e “Mulher sempre demora no mercado”? A essa pergunta, que — mais frequentemente do que se possa imaginar — faz parte dos questionamentos dos alunos, as gramáticas e livros didáticos ou não respondem, tentando ignorar sua pertinência, ou assinalam que, apesar da definição semântica, casos como esses não podem ser classificados como sujeitos indeterminados devido ao critério gramatical de “presença” de um termo que pode ser identificado como sujeito da oração.

Agora que examinamos um pouco do tratamento dado ao fenômeno pela tradição gramatical, falaremos das estratégias de indeterminação levantadas por estudos linguísticos, bem como da maneira como esses expedientes revelam (ou não) o percurso da mudança linguística rumo ao preenchimento dos sujeitos no PB. De antemão, dizemos que os falantes indeterminam o sujeito de uma sentença de muitas formas, e não só por meio das duas estratégias previstas pelas gramáticas analisadas.

3.2. As estratégias de indeterminação do sujeito em estudos recentes

3.2.1. *Gramática do Português Culto Falado no Brasil: a construção da sentença*

Berlinck, Duarte e Oliveira (2009), na *Gramática do Português Culto Falado no Brasil: a construção da sentença*, dedicam-se a descrever a fala, mas sem o comprometimento com uma descrição gramatical que abarque a “língua falada por 187 milhões de brasileiros”. Assim, embora apresente uma ampla descrição dos fatos linguísticos que caracterizam a construção da sentença no português culto falado no Brasil, a obra se distancia dos compêndios típicos da tradição gramatical. Nela, as autoras analisam um “recorte” da modalidade falada do PB: o *corpus* Norma Urbana Culta (NURC) reúne inquéritos de falantes (a) usuários da chamada norma culta (variante atribuída aos falantes com curso superior completo) e (b) indivíduos nascidos e residentes em cinco capitais do Brasil: Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Recife e Salvador.

Quanto ao fenômeno linguístico que estamos investigando neste trabalho, cabe dizer que Berlinck, Duarte e Oliveira (2009) não o tratam como indeterminação “do sujeito”, mas falam em “sujeito de **referência** indeterminada ou arbitrária”. Após a análise de 405 ocorrências de sujeitos do tipo, as autoras listam seis possibilidades de indeterminação em sentenças finitas, a saber:

- (a) o uso do pronome *se*;
- (b) *eles* (verbo na 3ª pessoa do plural, com pronome nulo ou expresso);
- (c) as formas pronominais nominativas *nós*, *a gente* e *você*, sejam nulas ou expressas;
- (d) estrutura com verbo na 3ª pessoa do singular, sem marcas de indeterminação;
- (e) uso do *eu*;
- (f) uso do *tu*.

Considerando a amostra como um todo, sem levar em conta a capital e o tipo de inquérito, as formas pronominais nominativas perfizeram mais de 60% das ocorrências de sujeito indeterminado. Embora não mencione a distribuição percentual de sujeitos pronominais nulos e expressos, dados que seriam interessantes para sabermos até que ponto a preferência por sujeitos expressos de referência determinada em PB estaria afetando as estruturas com indeterminação do sujeito, fenômeno já evidenciado em Duarte (1995; 2000), é surpreendente pensar que as formas pronominais nominativas sejam tão produtivas e, mesmo assim, que as descrições gramaticais tradicionais e boa parte dos livros didáticos sigam ignorando-as como possibilidades de indeterminação, como vimos em Cunha e Cintra (2010), Rocha Lima (2011) e Terra (2017).

Esse alheamento, porém, está em consonância com o que ainda parece ser a realidade do ensino de pronomes (na verdade, do quadro pronominal) no Brasil. Contrariando o uso cotidiano e recorrente em todas as classes sociais e níveis de escolarização, as formas pronominais *a gente* e *você* seguem sendo excluídas do quadro de pronomes pessoais do caso reto delineado em grande parte das gramáticas tradicionais. Bechara (2009) nos traz: “As formas *eu*, *tu*, *ele*, *ela*, *nós*, *vós*, *eles*, *elas*, que funcionam como sujeito, se dizem *retas*” (e não faz menção, anterior ou posterior, a quaisquer outras possibilidades). Terra (2017) apresenta o quadro convencional de pronomes pessoais do caso reto, observando que “no português brasileiro, os pronomes pessoais de segunda pessoa do plural (*vós* e *convosco*) são raramente empregados. Em seu lugar, empregam-se as formas **vocês** e **com vocês**” (p. 123, grifo do autor).

Berlinck, Duarte e Oliveira (2009) encontram 17% de ocorrências com o verbo na 3ª pessoa do plural, tanto nulos quanto expressos — embora tenham verificado a preferência pela realização do *eles* —, e 14% de ocorrências com o pronome *se*. Percentualmente, portanto, as construções com formas pronominais nominativas (*nós*, *a gente* e *você*) constituem pouco mais que o **dobro** de casos envolvendo o verbo na 3ª pessoa do plural e o

pronome *se*, as duas estratégias que ainda imperam, absolutas, nas descrições gramaticais tradicionais e em boa parte dos livros didáticos brasileiros.

Sobre a estratégia envolvendo *se*, que contabilizou 14% dos casos, faz-se necessário esclarecer que, destoando do entendimento da tradição, as autoras consideram como *se* índice de indeterminação todos os casos em que não haja concordância formal entre o verbo e seu argumento interno. Assim, foram consideradas estratégias de indeterminação não só os verbos intransitivos e os transitivos indiretos acompanhados de um *se*, como ensina Rocha Lima (2011), mas também os transitivos diretos, desde que não houvesse, entre verbo e argumento interno, marcas de concordância formal.

O uso de *tu* como estratégia de indeterminação do sujeito pode causar certa estranheza a princípio, tendo em vista que o emprego do pronome *tu* é cada vez menos frequente. Essa impressão se desfaz ao sabermos que, das 405 ocorrências de indeterminação encontradas pelas autoras, o uso do pronome totaliza apenas dois casos, ambos na fala de Porto Alegre.

Se Berlinck, Duarte e Oliveira (2009) observam as estratégias de indeterminação do sujeito em conjunto, delineando um panorama do fenômeno na fala do português culto do Brasil, outros estudos linguísticos procuram apontar as peculiaridades dessas estratégias e sua possível relação com o encaixamento da mudança. É o caso de Marins, Soares da Silva e Duarte (2017), de que trataremos na próxima seção.

3.2.2. Marins, Soares da Silva e Duarte (2017)

Marins, Soares da Silva e Duarte (2017) revisitam a análise de Duarte (1995) sobre os dados de sujeitos de referência indeterminada, com o objetivo de ampliá-la e refiná-la. Analisam o surgimento da estratégia zero (o sujeito nulo de terceira pessoa do singular), como em “[_] Não tá contratando ainda não” e “[_] Montou o armário lá de casa semana passada”, bem como reorganizam o quadro de estratégias de indeterminação considerando que fatores de ordem discursiva contribuem para a especialização dessas formas.

Pretendendo estudar possíveis mudanças em “tempo aparente” (LABOV, 1994), a amostra, coletada de entrevistas com falantes da norma culta do Rio de Janeiro, foi segmentada em três faixas etárias (indivíduos com mais de 56 anos, entre 36 e 55 anos e entre 25 e 35 anos). É importante salientar, ainda, que os autores não perdem de vista a noção de encaixamento, pela qual a crescente preferência pela realização de sujeitos de referência definida pronominais, em detrimento dos sujeitos nulos, estaria afetando os sujeitos de referência indeterminada.

Uma vez que assumem a relevância do fator discursivo para a diferenciação das estratégias de indeterminação, Marins, Soares da Silva e Duarte (2017) compreendem que não há competição entre todas as formas dentro do sistema linguístico do PB, mas variação/competição entre as formas de um mesmo grupo, especializadas em expressar referência arbitrária ou certo grau de referência genérica.

Haveria referência arbitrária para aqueles sujeitos cujos referentes “abranchem um conjunto finito de entidades ou um indivíduo cuja identificação não pode ser precisada no discurso” (MARINS; SOARES DA SILVA; DUARTE, 2017, tradução nossa). Em outras palavras, o escopo de um sujeito com referência arbitrária é mais limitado, sendo possível imaginar o indivíduo ou a(s) entidade(s) envolvidos. Por outro lado, a referência genérica tem escopo bem mais amplo: os indivíduos ou entidades que figuram como possíveis referentes pertencem a um conjunto infinito. Trocando em miúdos, é como se “qualquer um” pudesse estar envolvido.

Os dois tipos de referência, arbitrária e genérica, constituem os polos de um *continuum* proposto pelos autores, ao longo do qual se situariam os grupos (ou categorias) de formas de indeterminação. A associação dos traços de pessoa e número define o agrupamento das estratégias em três categorias: (a) [+3ª pessoa/+ plural], pela qual o falante exclui a si mesmo; (b) [+3ª pessoa/+ singular], que pode ou não incluir o falante e o ouvinte; (c) [+1ª pessoa] combinada com [+singular] ou com [+plural], estratégias que necessariamente incluem o falante.

Marins, Soares da Silva e Duarte (2017) reúnem sob o rótulo “estratégias standard” (tradução nossa) as formas de indeterminação reconhecidas pela tradição gramatical: a terceira pessoa do plural com sujeito nulo e o emprego do clítico “se”. Os autores acreditam que, em algum momento da história do PB, essas estratégias tenham expressado o mesmo tipo de referência, funcionando como variantes linguísticas, e, posteriormente, passado por um processo de especialização.

Foram encontrados, na amostra, 105 casos de terceira pessoa do plural (com sujeitos nulos ou pronominais expressos), que se distribuíram de maneira equilibrada pelas três faixas etárias: 40%, no grupo com mais de 56 anos; 25%, entre os falantes de 36 a 55 anos; 35%, na faixa de 25 a 35 anos. Quanto ao clítico “se”, houve somente 39 ocorrências, cuja distribuição percentual demonstra a sua concentração no grupo etário mais velho (64% dos casos); as faixas intermediária e mais jovem exibiram, respectivamente, 31% e apenas 5% das ocorrências com “se”.

A distribuição percentual em “tempo aparente” (LABOV, 1994) demonstra a

superação da estratégia envolvendo o clítico “se” pela terceira pessoa do plural, sugerindo a influência do chamado *Blocking Effect*. Trata-se de um princípio de economia linguística associado à incapacidade de um sistema linguístico comportar duas formas funcionalmente equivalentes, *doublets*, o que levaria à inibição, ao longo do tempo, de uma delas (KROCH, 1994). Por consequência dessa pressão, o clítico “se” estaria passando por um processo de especialização, distanciando-se da competição original com a terceira pessoa do plural, quando ambos codificavam o mesmo tipo de referência. Os dados da amostra comprovam essa hipótese: nos três grupos etários, do total de 39 ocorrências do clítico “se”, foram encontrados apenas seis casos de “se” com referência arbitrária, nos grupos mais velho e intermediário; entre os mais jovens, as únicas duas ocorrências de “se” já representam referência genérica. Considerando que “se”, agora especializado em expressar referência genérica, já não está em variação com a estratégia de terceira pessoa do plural, devemos considerá-lo em competição com outras formas.

Segundo a associação dos traços de pessoa e número proposta por Marins, Soares da Silva e Duarte (2017), o clítico “se” encontra-se na categoria [+3ª pessoa/ + singular], junto à estratégia zero (*pro* + terceira pessoa do singular) e à forma pronominal *você*. A respeito desse grupo, chama atenção a alta produtividade do *você* nas três faixas etárias (55% no grupo com mais de 56 anos; 91%, entre pessoas de 36 a 55 anos; 95%, na faixa entre 25 e 35 anos). Largamente preferida entre o grupo etário mais jovem (95%), a curva ascendente do *você* contrasta com a queda do clítico e da estratégia zero, que passaram, respectivamente, de 24% e 21%, no grupo mais velho, para 4% e cerca de 2,5% no mais jovem.

Quanto aos condicionamentos de ordem linguística, a estratégia com “se” sobrevive em um contexto específico: todas as 39 ocorrências encontradas na amostra, não importando a referência que expressam (arbitrária ou genérica), acompanham um verbo transitivo, que pode selecionar tanto um acusativo quanto um complemento oblíquo. A transitividade parece ser relevante, também, para a estratégia zero, já que 36 das 40 sentenças do tipo, não importando a referência codificada, apresentam um verbo transitivo (a grande maioria, direto). Já as sentenças com *você* podem trazer qualquer tipo de verbo, sinal do contundente espriamento desse pronome pelo sistema.

É curioso pensar que, entre a categoria [+ 3ª pessoa/ + singular], persista, ainda que em declínio, a estratégia zero. Essa forma de indeterminação é composta por um *pro* não expresso (portanto, um sujeito nulo) seguido do verbo na 3ª pessoa do singular, como em “[__]_{gen} Não **usa** mais máquina de escrever”, o que contrasta com as mudanças rumo ao preenchimento do sujeito pronominal em curso no PB. A perda da distinção entre sentenças com o clítico “se”

na voz ativa (*se* no papel de, nos termos da tradição escolar, “índice de indeterminação do sujeito”) e na voz passiva sintética (“partícula apassivadora”) associada à queda progressiva do uso dos clíticos formam o cenário que, em dado momento, teria favorecido a emergência da estratégia zero. Como o PB vem passando por um processo de mudança na marcação do PSN, com a perda do princípio Evite Pronome, a estratégia envolvendo *você* pleno consistiria, segundo Marins, Soares da Silva e Duarte (2017), na maneira encontrada pelo sistema de, evitando sujeitos nulos, garantir a expressão da referência genérica na categoria [+ 3ª pessoa/ + singular].

Quanto à expressão de referência, todas as 387 ocorrências de estratégias com *você* veiculavam referência genérica. Segundo os autores, essa unanimidade pode ter origem no traço de [+2ª pessoa] que o pronome ainda preserva, anterior ao processo de gramaticalização (LOPES, 1999; 2003 *apud* MARINS; SOARES DA SILVA; DUARTE, 2017), o qual seria capaz de bloquear a expressão de referência arbitrária. Embora ainda possa codificar arbitrariedade, a estratégia zero mostrou-se numericamente especializada na expressão de referência genérica: de um total de 40 ocorrências, 32 (80%) expressavam referência genérica.

Podemos concluir, a respeito da categoria [+ 3ª pessoa/+ singular], que a forma pronominal *você* se apresenta, no estágio atual do PB, como a estratégia de indeterminação amplamente preferida pelos falantes. Tanto por sua ampla produtividade em comparação à estratégia zero quanto pela facilidade com que se espalha pelo sistema, aparecendo nos mais variados contextos linguísticos, *você* estaria, então, substituindo a estratégia com o clítico “se”. Por outro ângulo, sua alta produtividade se relaciona, também, à mudança rumo ao preenchimento da posição de sujeito verificada para os sujeitos de referência definida, na medida em que “compensa” o surgimento da estratégia zero (com sujeito nulo) no PB.

Marins, Soares da Silva e Duarte (2017) encontraram, ainda, 134 ocorrências de sujeitos de referência indefinida com o traço [+1ª pessoa]: 130 casos [+ plural] e apenas 4 [- plural]. Para a qual foram encontradas 134 ocorrências na amostra analisada. Os dados revelaram a preferência pela estratégia inovadora “a gente”, que atinge 96% de produtividade na fala do grupo mais jovem, em detrimento de “nós”, pronome em processo de extinção, com apenas duas ocorrências (4%) nesse mesmo grupo. Por sua vez, a estratégia com o traço [+ singular], “eu”, contabilizou apenas 4 ocorrências, todas na fala do grupo mais velho.

Parece haver unanimidade acerca da expressão de referência também na presença do traço [+1ª pessoa]: a análise apurou que todos os casos com esse traço expressam referência genérica, justificando, assim, o posicionamento da categoria no extremo oposto do *continuum*. Os autores perceberam, entretanto, que a estratégia com o traço [- plural] apresenta um grau

de especificidade maior quando comparada à [+ plural]. O falante, ao usar a si mesmo como exemplo de “qualquer pessoa” que realizaria determinada ação ou participaria de certa realidade, acaba por tornar a referência genérica um pouco mais específica do que se usasse “a gente” ou “nós”, em que, apesar de estar incluído na ideia de grupo, não aponta diretamente para si.

Outra observação importante diz respeito ao preenchimento ou não das estratégias pronominais de indeterminação do sujeito. Marins, Soares da Silva e Duarte (2017) confirmam que a preferência pelos pronomes plenos, já observada por Duarte (1995) para os sujeitos de referência definida, também vale para os sujeitos de referência indefinida: os percentuais de “você”, “nós” e “a gente” plenos, em face das ocorrências que apresentam com a forma nula, foram muito expressivos em todas as faixas etárias (Gráfico 2).

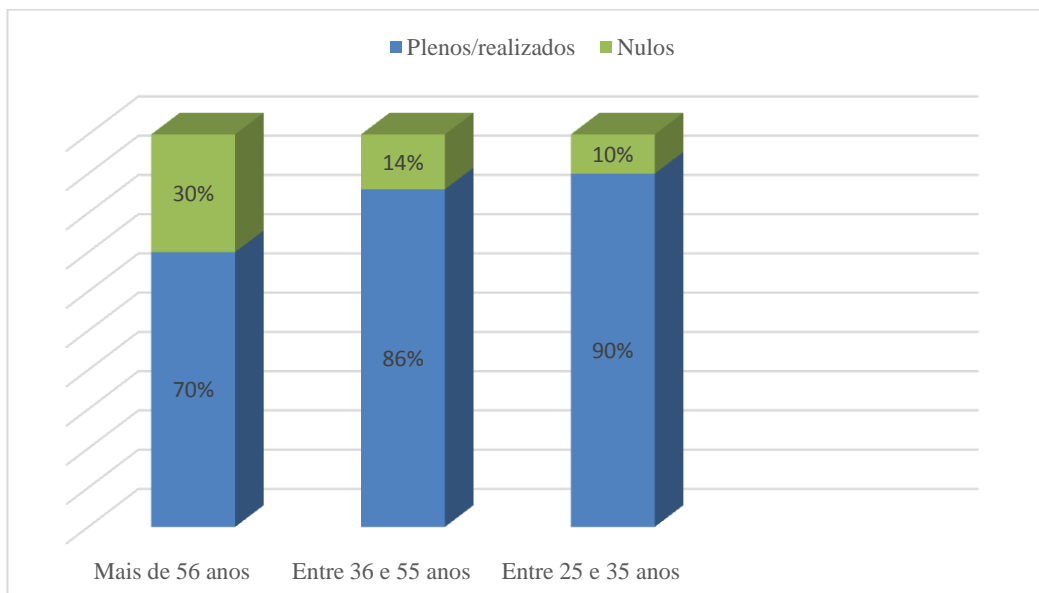


Gráfico 2. Sujeitos plenos (“você”, “nós” e “a gente”) e nulos de referência indefinida (%) na fala espontânea culta carioca, por faixa etária (MARINS, SOARES DA SILVA e DUARTE, 2017)

Devido à variação entre as formas no interior de cada categoria, com conseqüente “vitória” de uma sobre as demais, o quadro atual de sete estratégias de indeterminação do sujeito evoluirá, segundo os autores, para um mais compacto, com quatro formas (Figura 1). Nessa futura configuração, as estratégias envolvendo os pronomes “eles”, “você” e “a gente” serão as únicas representantes das categorias [+3ª pessoa/+ plural], [+3ª pessoa/+ singular] e [+1ª pessoa/+ plural], respectivamente. Quanto à realização pronominal, as formas com pronomes preenchidos/realizados serão (como já têm sido) preferidas diante de alternativas nulas.

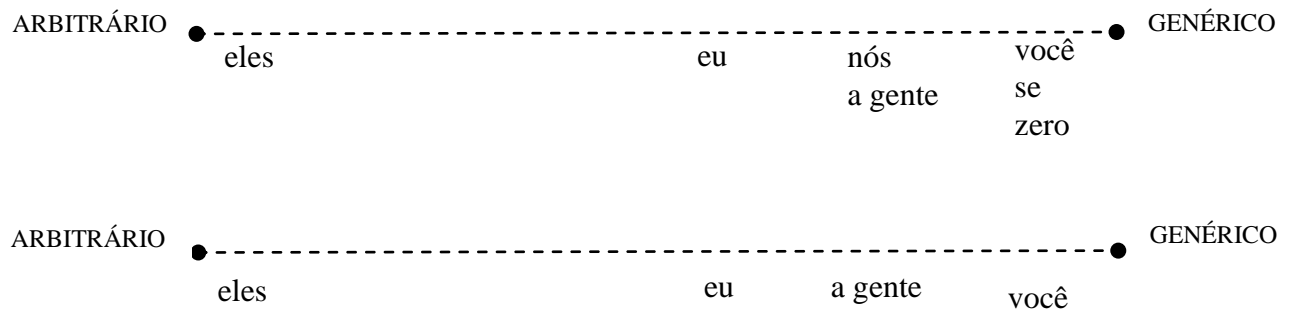


Figura 1. Atual estágio e futura configuração das estratégias de indeterminação do sujeito no PB de acordo com MARINS, SOARES DA SILVA e DUARTE, 2017.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta seção consiste em, pela retomada dos principais pontos levantados ao longo do trabalho, apresentar algumas conclusões a respeito da indeterminação do sujeito, considerando, para isso, o tratamento dado ao fenômeno pela tradição gramatical e pelos estudos linguísticos mais recentes. Essas considerações não perdem de vista o possível impacto da mudança quanto à marcação do PSN, amplamente atestada para os sujeitos de referência definida no PB (DUARTE, 1993; 1995).

Estudamos, como obras representativas da chamada “tradição gramatical”, Rocha Lima (2011), Cunha & Cintra (2010) e Terra (2017). Em comum, os autores definiram sujeito indeterminado como aquele que não pode ser identificado na sentença, por vontade ou incapacidade do emissor de fazê-lo. Uma definição que, na prática e na análise dos dados reais de fala, não contempla todos os casos em que o sujeito de uma sentença indica um referente indeterminado (ou indefinido).

Em “Alguém quebrou a porta de madrugada”, o referente do pronome indefinido “alguém”, sintaticamente sujeito da sentença, não foi determinado/definido pelo emissor da mensagem. Se aplicarmos a definição fornecida pela tradição gramatical em sentido amplo, é possível considerar que “alguém” seja um sujeito do tipo indeterminado, já que não podemos identificar “quem quebrou a porta de madrugada”. A indeterminação do sujeito por meio de um pronome indefinido, porém, não se enquadra entre as estratégias de indeterminação elencadas pelos gramáticos estudados.

O sujeito de “Alguém quebrou a porta de madrugada” seria considerado, de acordo com a tradição gramatical, como “simples”, por ser possível determinar/identificar o sujeito

gramatical da sentença, “alguém”. Em contrapartida, o emissor de uma frase como essa não escolhe, como sujeito, um pronome indefinido sem motivação: ele certamente não sabe quem quebrou a porta durante a madrugada (ou não quis dizer, ou, ainda, não tem certeza sobre a identidade do autor), o que nos leva, mais uma vez, à ideia de que seja um sujeito indeterminado. Dessa forma, a definição tradicional de sujeito indeterminado pode produzir classificações diversas das esperadas por seus autores, como comprova o “alerta” que encontramos em Terra (2017).

As estratégias de indeterminação previstas pela tradição gramatical, baseadas, como vimos, no português europeu do século XIX, são muito restritas. Para os autores estudados, só podemos reconhecer o sujeito como indeterminado em dois contextos: (a) quando o verbo estiver flexionado na 3ª pessoa do plural sem que se possa identificar seu referente no próprio enunciado, como em “Reputavam-no o maior comilão da cidade” (Cunha & Cintra; 2010), e (b) quando estiver flexionado na 3ª pessoa do singular e acompanhado por um pronome “se”, desde que o verbo seja intransitivo, transitivo indireto ou copulativo, como em “Precisa-se de digitadoras” (TERRA, 2017). Trazendo essas estratégias, que Marins, Soares da Silva e Duarte (2017), chamam “standard”, para o domínio de estudos linguísticos recentes, sabemos que são apenas duas possibilidades de indeterminação, a segunda em franco processo de desaparecimento, e não os únicos modos pelos quais o falante brasileiro efetiva a indeterminação de um sujeito.

Berlinck, Duarte e Oliveira (2009), no intuito de descrever como as sentenças são formadas em PB, e Marins, Soares da Silva e Duarte (2017), que reanalisam e refinam a análise de Duarte (1995) sobre os sujeitos de referência indefinida, desenham um quadro de estratégias de indeterminação do sujeito que vai muito além do que encontramos nas gramáticas tradicionais. Os autores não descrevem apenas um número considerável de possibilidades de indeterminação, mas também sugerem diferenças qualitativas importantes: enquanto o saber tradicional ainda reforça a preferência, típica do Português Europeu, por estratégias com sujeito nulo, o PB exhibe forte tendência a estratégias envolvendo formas pronominais nominativas (*nós, a gente, você*). Em Marins, Soares da Silva e Duarte (2017), os elevados percentuais de preenchimento dos sujeitos de referência indefinida com “nós”, “a gente” e “você”, nas três faixas etárias analisadas (respectivamente, 70%, 86% e 90%) indicam que, futuramente, o PB deve se consolidar como língua que privilegia formas pronominais e plenas para a indeterminação do sujeito.

Marins, Soares da Silva e Duarte (2017) analisam o fenômeno da indeterminação do sujeito também quanto ao aspecto discursivo, na medida em que consideram que as

estratégias de indeterminação se agrupam em categorias discursivamente especializadas: “você”, por exemplo, ao envolver o interlocutor e excluir o falante, veicula um grau de indeterminação diferente de “nós” ou “a gente”, em que interlocutor e falante são possíveis sujeitos da declaração. Considerando a existência de “graus de indeterminação”, tratam a indeterminação do sujeito como um fenômeno escalar, propondo a localização dos grupos de estratégias ao longo de um *continuum*: de um lado, o polo de referência arbitrária, onde figuram sujeitos cuja referência, apesar de indefinida, tem escopo mais limitado/específico; de outro, o polo de referência genérica, que reúne sujeitos cuja referência é mais ampla e inespecífica.

O quadro atual do PB, com sete formas de indeterminação localizadas em quatro pontos do *continuum*, dará lugar a uma configuração mais enxuta (como observado na Figura 1), já que um sistema linguístico parece ser incapaz de conservar formas funcionalmente equivalentes. Os autores apontam a supressão do pronome “nós” por “a gente”, além do crescente desuso, entre os mais jovens, do clítico “se” e da estratégia “zero”, que seriam suplantados por “você” — forma que exhibe poucas restrições de ordem linguística.

Por fim, podemos concluir que o momento atual representa um período de “transição”, em que formas velhas e novas estão em variação/competição dentro de cada categoria. A contundente superação de estratégias que privilegiam o sujeito nulo por formas pronominais plenas sinaliza que a mudança rumo ao preenchimento dos sujeitos de referência definida no PB, estudada e comprovada por tantos trabalhos anteriores, já está afetando os sujeitos de referência indefinida (ou, nos termos tradicionais, os sujeitos indeterminados), como uma espécie de mudança colateral, fruto do “encaixamento” e parte da reconfiguração do Parâmetro do Sujeito Nulo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, P.; KATO, M.; DUARTE, M. E. L. A distribuição do sujeito nulo no Português Europeu e no Português Brasileiro. Comunicação apresentada no XVI Congresso da Associação Portuguesa de Linguística. Coimbra (Portugal): 2000.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Lucerna, 2009.
- BERLINCK, R.; DUARTE, E.; OLIVEIRA, M. Predicação. In: KATO, M.; NASCIMENTO, M. *Gramática do português culto falado no Brasil: a construção da sentença*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2009.
- CHOMSKY, N. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris, 1981.
- CUNHA, C. F.; CINTRA, L. F. L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.
- CYRINO, S. M. L.; DUARTE, M. E. L.; KATO, M. A. Visible subjects and invisible clitics in Brazilian Portuguese. In: Kato, M. A.; Negrão, E. V. (Eds.). *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*. Frankfurt: Vervuert-Iberoamericana, 2000, p. 55-104.
- DUARTE, M. E. L. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito nulo no português do Brasil. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary Aizawa (Orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. p. 107-28.
- _____ (1995). *A perda do princípio "Evite Pronome" no português brasileiro*. Tese de Doutorado. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem/UNICAMP.
- _____ (2000). The loss of the Avoid Pronoun Principle in Brazilian Portuguese. In: KATO, M. A.; NEGRÃO, E. (Orgs.). *Brazilian Portuguese and the Null Subject*. Frankfurt am Main: Vervuert, p. 17-36.
- _____ (2003). A evolução na representação do sujeito pronominal em dois tempos. In: PAIVA, M. C.; DUARTE, M. E. L. (Orgs.). *Mudança linguística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contra Capa/ Faperj, p. 115-128.
- DUARTE, M. E. L.; MOURÃO, G.; SANTOS, H. Os sujeitos de terceira pessoa: revisitando Duarte (1993). In: DUARTE, M. E. L. (Org.). *O sujeito nulo em peças de teatro (1843-1992): estudos diacrônicos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012, p. 21-44.
- DUARTE, M. E. L.; REIS, E. P. R. Revisitando o sujeito pronominal vinte anos depois. *ReVEL*, v. 16, n. 30, 2018. Disponível em: <www.revel.inf.br>. Acesso em: 23 dez. 2020.
- DUBOIS, J. et al. *Dicionário de Linguística*. São Paulo: Cultrix, 2006.
- KROCH, A. Morphosyntactic variation. In: BEALS et al (Orgs.). In: *Proceedings of the Thirtieth Annual Meeting of the Chicago Linguistic Society*, v. 2, 1994. p. 180-201.

- LABOV, W. *Principles of linguistic change: internal factors*. Oxford: Blackwell, 1994.
- LOPES, C. S. *A inserção de a gente no quadro pronominal do português: percurso histórico*. 1999. PhD Dissertation, FL, UFRJ, Rio de Janeiro, 1999.
- LOPES, C. S. *A inserção de a gente no quadro pronominal do português*. Frankfurt/Madri: Vervuert/Iberoamericana, vol. 18, 2003.
- MARINS, J.; SOARES DA SILVA, H.; DUARTE, M. E. L. Revisiting Duarte (1995): for a Gradient Analysis of Indeterminate Subject in Brazilian Portuguese. In: *Diadorim* (Revista Científica do Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas), v. 19 (volume especial), 2017. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas da UFRJ, p. 140-172.
- PAGOTTO, E. G. Norma e Condescendência: Ciência e Pureza. In: *Línguas e instrumentos linguísticos*. Campinas-SP: Pontes Editores, Projeto História das Ideias Linguísticas no Brasil, n. 2, jul.-dez. 1998, p. 49-68.
- RAMOS, J. M. “Sociolinguística Paramétrica” ou “Variação Paramétrica”? In: HORA, D.; CHRISTIANO, E. (Orgs.). *Estudos Linguísticos: realidade brasileira*. 1ª ed. João Pessoa: Editora Ideia, 1999, p. 83-94.
- ROCHA LIMA, C. H. *Gramática normativa da Língua Portuguesa*. 49. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.
- SOARES DA SILVA, H. Evidências da mudança paramétrica em dados da Língua-E: o sujeito pronominal no português e no espanhol. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ, 2011.
- TARALLO, F. “Por uma Sociolinguística Românica ‘Paramétrica’: fonologia e sintaxe”. In: *Ensaio de Linguística*, UFMG, v. 13, 1987. p. 51-84.
- TARALLO, F.; KATO, M. A. (1989). Harmonia trans-sistêmica: variação intra- e inter-linguística. In: *Diadorim* (Revista Científica do Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas), v. 2, 2007. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas da UFRJ, p. 13-42.
- TERRA, E. *Curso prático de gramática*. 7. ed. São Paulo: Scipione, 2017.
- VIEIRA, S. R.; FREIRE, G. Variação morfossintática e ensino de Português. In: MARTINS, M.; VIEIRA, S. R.; TAVARES, A. (Orgs.). *Ensino de Português e Sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 81-114.
- WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. (Tradução de Marcos Bagno). São Paulo: Parábola Editorial, 2006 [1968].